

Tratados bilaterais esperam consenso

Sérgio Prado
de Brasília

A falta de entendimento entre o Executivo e o Congresso Nacional impede a ratificação de 14 acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos, firmados pelo governo brasileiro com Portugal, Chile, Reino Unido, Suíça, França, Finlândia, Itália, Alemanha, Cuba, Dinamarca, Venezuela, Coréia, Países Baixos e Luxemburgo. Todos foram detalhados entre 1994 e 1999 e, na sua essência, esses tratados seguem o modelo ditado pela OCDE. Outro ponto fundamental desses textos é o que estabelece instâncias de arbitragem.

Ao fazer os acordos, o Palácio do Planalto tem como alvo atrair médias e pequenas empresas, interessadas em rumar para este recanto da América do Sul ou daquelas que tem desejo de tomar o caminho inverso. Esse intercâmbio visa abrir maior variedade de opções de produtos e serviços. O Brasil ficaria equiparado a outros países em desenvolvimento, como China e Argentina, que já assinaram esse tipo de instrumento com vários parceiros comerciais.

Enviados ao Parlamento, seis projetos não avançaram. Os outros, nem saíram das gavetas do Ministério da Fazenda, que aguarda a lenta tramitação dos projetos no Legislativo. Fontes

da diplomacia brasileira dizem que os parlamentares retardam a aprovação, por entenderem que o capital estrangeiro sairia favorecido e o nacional prejudicado pelos acordos.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o paranaense Luiz Carlos Hauly, tem uma interpretação diferente. Para o deputado tucano, o atraso se deve à falta de vontade política do Palácio do Planalto, em cobrar uma postura mais agressiva em relação ao tema. "O governo aprova tudo o que quiser. Não há oposição aos acordos", argumenta Hauly. E acrescenta que os textos recebidos por sua comissão foram despachados para o plenário. Falta entrar na pauta de votação dos parlamentares.

No Itamaraty, comenta-se que deputados federais fazem ressalvas aos textos enviados pelo governo. Eles avaliam que os projetos poderiam beneficiar investidores estrangeiros em questões de jurisdição arbitral. O argumento tem sido ouvido de integrantes do bloco oposicionista, que sugerem mudanças na redação dos projetos. A diplomacia brasileira responde que as alterações são inviáveis.

Enquanto isso, interlocutores do ministro Alcides Tápias revelam que a Pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem si-

do questionada por câmaras de comércio de vários países sobre a demora do governo brasileiro em resolver essas pendências.

São segmentos que teriam interesse em investir aqui, mas necessitam de segurança para seu capital e adiaram a decisão de tocar seus empreendimentos. E mais: esses investidores estão de olho em financiamentos dos bancos de seus países, que têm taxas de juros mais baixas para quem for investir onde há regras definidas por acordos bilaterais.

Dentro do Ministério das Relações Exteriores, existe ainda o entendimento de que o questão é mais estrutural que política. O problema estaria no seio da iniciativa privada local, que não se vê com uma matriz capaz de produzir empresas transnacionais. E nem apostaria de fato na exportação como saída para o crescimento econômico.

Vários segmentos tem a visão de que apenas pelo seu potencial de mercado, o Brasil pode atrair corporações do exterior, sem precisar de acordos bilaterais, avaliam conselheiros do Itamaraty. Alguns diplomatas usam essa tese para explicar a falta de empenho de setores do capital em pressionar os parlamentares para aprovação de acordos, os quais poderiam incrementar suas chances de expandir os lucros no exterior.